



Habitat International Coalition
Coalición Internacional del Hábitat
Coalition Internationale de l'Habitat
Coalíção Internacional do Habitat
التحالف الدولي للموئل
अंतरराष्ट्रीय पर्यावास गठबंधन

Global network for the right to habitat and social justice
Red global por los derechos al hábitat y a la justicia social
Réseau global pour le droit à l'habitat et la justice sociale

Voices do habitat: Enfrentando a pandemia, o futuro é hoje.

A Habitat International Coalition (HIC) luta desde 1976 por justiça social, igualdade de gênero e sustentabilidade do planeta. O HIC é uma rede global composta por mais de 400 organizações afiliadas e aliadas em 120 países nos cinco continentes que trabalham, em conjunto com diversos movimentos sociais, pela defesa dos direitos humanos ao habitat e a uma vida digna. Convidamos todos e cada um dos defensores desses direitos, que atuam nas esferas de bairro, local, nacional, regional e internacional, a unir vozes e esforços por um presente e futuro social e ambientalmente justos.

1. A pandemia torna visíveis as desigualdades preexistentes

As cidades - grandes, pequenas e de categoria inferior - onde hoje vive mais da metade da população mundial, aparecem em alguns casos como ilhas da modernidade e da opulência capitalista. Entretanto, grande parte da população urbana do planeta vive em condições e locais inadequados, inseguros, na pobreza e sem oportunidades. Em todo o mundo, as condições do habitat refletem profundas desigualdades econômicas, sociais, políticas e ambientais. Estes correspondem ao acelerado processo de privatização do espaço urbano e rural, especulação e desapropriação que geram injustiças no acesso a bens e serviços essenciais para o dia a dia de todos. São desigualdades estruturais, exacerbadas em grande parte do Sul Global por mais de três décadas de políticas neoliberais que privilegiam a acumulação em detrimento da vida.

A pandemia COVID-19 não é apenas uma crise de saúde global, mas expõe as desigualdades pré-existentes e o esgotamento de um sistema político-econômico que produz e reproduz essas desigualdades, bem como exclusões históricas e destruição de ecossistemas vitais para o tempo de vida. Diante do alerta de saúde, as cidades foram colocadas em quarentena sob "medidas imunológicas universais de proteção social", como "ficar em casa", que se espalharam rapidamente sem distinção de sexo, classe, idade, etnia ou capacidade físico-mental. Medidas que pressupõem que todos tenham um teto, acesso a serviços básicos de água e saneamento e alimentação, a possibilidade de trabalhar em casa e aproveitar suas economias em tempos de crise. Assistimos, assim, a uma projeção acrítica do Estado como protetor da vida de todos e de todos os seus cidadãos e à romantização da quarentena como uma situação em que o lar é assumido como um lugar seguro e as 'pessoas' como donas de seus corpos e tempos, de suas decisões no campo da produção e reprodução, da ação coletiva e da participação política, enfim, como sujeitos de pleno direito.

Essas suposições profundamente arraigadas em nossas sociedades e sistemas de governo continuam a impactar desproporcionalmente os setores sociais tipicamente invisíveis: os pobres, os informais, os migrantes, os povos indígenas e, em grande medida, as mulheres que vivem na interseção de várias identidades sociais.

2. O autocuidado não é igual para todos

A pandemia torna visível a precariedade e fragilidade de vida nas condições de moradia dos setores populares, em moradias inadequadas ou alojamentos comuns, sem poder se isolar ou enfrentar más condições de higiene [1]. Milhões de habitantes pobres e de classe média baixa, devido a políticas habitacionais inadequadas, sofrem de superlotação e falta de acesso a serviços básicos. A partir de agora devemos pensar e desenvolver estratégias que atendam a quem não tem um lugar seguro para o autocuidado: pessoas que vivem em assentamentos precários e que também estão sendo vítimas de uma estranha multiplicação de ataques e incêndios; aqueles que pagam aluguéis abusivos; a população de rua, os imigrantes, para quem a lógica do dia a dia é: se não trabalharem fora, não vão poder comer; Não pagará o aluguel nem as despesas dos serviços, e virá o despejo ou a falta de água ou luz. No meio rural, os serviços de saúde são escassos, em termos de infraestrutura e pessoal. Até o momento, poucas infecções ainda são registradas no campo, mas se se multiplicarem, as consequências serão graves. Para se proteger, muitas comunidades fecharam estradas para evitar possíveis infecções, afetando a economia produtora, por não conseguirem sair e vender seus produtos.

<< Veja nossa Declaração sobre Assentamentos Precários >> A

violência contra as mulheres aumenta em situações de confinamento e crise, os relatos de violência de gênero são disso testemunho. Não só a violência contra as mulheres em confinamento com seus agressores, mas também contra crianças e adultos mais velhos. Essas mulheres são as zeladoras da humanidade, em suas casas, bairros e na sociedade. Eles são a maioria dos trabalhadores da saúde e do mercado informal; nos bairros mais precários, quem cuida deles cuida do refeitório e das atividades comunitárias. Nas casas, apoiam a educação, a alimentação, a água e zelam pelo equilíbrio afetivo.

Muitas das medidas preventivas, embora necessárias para conter a propagação do vírus, aprofundam a distância entre aqueles que podem e não podem adotá-las. Por exemplo, em muitos países as escolas são fechadas e ensinam online, mas em países de baixa renda, apenas 20% da população tem uma conexão com a Internet. Realidade semelhante surge em relação a outros indicadores, como número de leitos hospitalares ou sistemas de previdência social. Apenas 22% dos desempregados em todo o mundo recebem ajuda, números que excluem pessoas em condições de subemprego e trabalho precário. Da mesma forma, muitos países apelam ao uso de big data como medida de segurança através da coleta e análise de dados pessoais por meio eletrônico, ou têm levado as Forças Armadas às ruas, com o objetivo de garantir o isolamento social de a população.

Este momento histórico é contraditório, apresenta ameaças e oportunidades. Assumamos a possibilidade de repensar os modos e condições de vida, reavaliando a escala humana dos territórios, os meios de produção diversificados, o emprego decente e sua relação com o habitat, a saúde e a educação pública.

3. Não mais décadas perdidas

Em uma entrevista pública no início de abril de 2020, o diretor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) observou que o COVID-19 ameaça impor duas décadas de progresso de desenvolvimento perdido para muitos países. A América Latina e o Caribe já sabem o que significa enfrentar uma 'década perdida'; não se trata apenas de dez anos de retrocesso, mas de hipotecar a vida e as oportunidades de gerações inteiras, do risco de erosão ainda maior dos sistemas públicos e universais de saúde, educação, habitação,

serviços, emprego e proteção social. Também no início de abril - em um momento em que os impactos da pandemia eram apenas incipientes em muitas regiões - o Secretário-Geral das Nações Unidas estimou a necessidade de mobilizar um plano de assistência internacional na faixa de 10% ou mais do PIB. em todo o mundo (equivalente a mais de 2 trilhões de dólares). No entanto, até o momento, os esforços internacionais e regionais nesta área ainda são marginais e devem ser aprofundados e considerados como o equivalente a um Plano Marshall de reconstrução.

A combinação da crise da saúde com a paralisia da economia atinge fortemente as maiorias trabalhadoras e excluídas. Sabemos que a pobreza e a miséria aumentarão muito mais. O cumprimento das metas de desenvolvimento sustentável, ODS 2030, se distanciará de suas metas. Mais do que nunca, devemos nos opor às receitas tradicionais do capital; A superação da crise não pode estar condicionada a financiamentos em mãos de privatizações ou especulação de interesses. A fome não pode ser aceita.

4. Aprendendo com o passado para construir um presente e um futuro diferentes

A pandemia pode ser usada como justificativa para aprofundar o autoritarismo e a acumulação por expropriação, valendo-se de antigas bandeiras racistas, patriarcais, colonialistas e neoliberais que alimentam o individualismo, a indiferença, ódio e medo. Mas esta crise também demonstrou a capacidade coletiva de pensamento e ação crítica de nossos povos. Isso é particularmente observado em assentamentos construídos por autogestão e cooperativismo, aplicando os princípios de produção e gestão social do habitat. São as mesmas práticas laicas de sobrevivência e solidariedade, como lutas por terra, moradia, serviços básicos, transporte público, educação e saúde que devem ser reconhecidas e apoiadas. O desafio atual é reconhecer e apoiar essas capacidades coletivas como responsabilidade dos órgãos de decisão.

O agravamento das desigualdades mostra a necessidade urgente de fortalecer o papel do Estado como garantidor de direitos. A função elementar da política fiscal de fornecer recursos suficientes para responder à crise torna-se central; ademais, em uma região caracterizada por sistemas fiscais regressivos, que beneficiam em maior medida os setores mais ricos, em detrimento dos setores mais vulneráveis. Os efeitos desta crise devem ser mitigados com a adoção de políticas fiscais redistributivas, que permitam garantir uma proteção social suficiente, profunda e estrutural, financiada a partir de reformas progressivas dos sistemas tributários.

Propomos e exigimos decisões políticas imediatas centradas na vida, que permitam a gestão pública e comunitária dos bens comuns, e a intervenção do Estado para garantir os direitos ao habitat e ao bem comum; que reconheçam a contribuição das mulheres nas tarefas de cuidar, resgatar o planeta e o exercício pleno de todos os direitos humanos para todos. Vamos resgatar as lições aprendidas com tantas outras crises do século passado e do início do presente. Vamos reconhecer a riqueza das práticas comunitárias e defender políticas que marcam um processo de desmercadorização da terra, habitação, água, saúde e educação, em suma, da vida. Por isso, propomos três linhas de ação fundamentais para caminhar em direção a um futuro social e ambientalmente justo:

Rumo a uma redistribuição profunda

Trata-se, acima de tudo, de reorientar a economia para proteger a vida e o habitat de todos. Esta não é uma tarefa a ser enfrentada a partir de respostas contingentes, mas sim estruturais que requerem:

Mobilizar apoio internacional na forma de ajuda - não de empréstimos - para programas de proteção de habitat e viver para o benefício direto das comunidades e setores mais desfavorecidos. Isso requer dimensionar esses recursos em relação às necessidades reais que surgem dos impactos diretos e indiretos da crise.

Fazer valer o princípio da função social da propriedade e da terra no campo e na cidade e a proteção do meio ambiente como patrimônio intergeracional comum.

Tornar efetivo nas Cartas Constitucionais o direito à moradia adequada para todas as pessoas e principalmente as mais vulneráveis, além de evitar despejos e redefinir prazos e juros de dívidas, aluguéis e hipotecas.

Promover, junto aos órgãos governamentais, políticas e programas eficazes de acesso à terra, condições dignas de habitação e serviços básicos adequados, apoiando de forma sustentada e substancial os programas de melhoria de bairros.

Fortalecer claramente a relação entre o direito à moradia adequada e a saúde, apoiando melhorias imediatas nas condições de habitabilidade e outras medidas nos orçamentos de combate à COVID.

Acabar com a privatização de terras e bens públicos, bem como com as iniciativas de parceria público-privada que privatizam lucros e tiram recursos e direitos das pessoas.

Promover reformas tributárias que corrijam os déficits na arrecadação do Estado e fortaleçam a progressividade do sistema tributário, em particular os impostos sobre a renda e o patrimônio. Isso inclui o registro de impostos sobre qualquer imóvel vago; ou usá-los para descomprimir a superlotação em um plano geral para a reutilização de infraestrutura supérflua, com bancos de terrenos e edifícios.

Aumentar a contabilização tributária dos lucros de grandes empresas e setores em expansão, como a economia digital, seguros e empresas farmacêuticas com lucros extraordinários e o setor financeiro em geral. Além de eliminar privilégios fiscais e benefícios fiscais desnecessários e promover políticas eficazes contra a evasão e a elisão fiscais que permitam o reforço das políticas redistributivas.

Avaliar a realocação dos gastos orçamentários em setores menos prioritários, como os gastos militares, para reforçar os gastos públicos com habitação e muitas outras áreas fundamentais e urgentes de proteção social e reativação econômica.

Reconhecimento: diferente mas igual

A redistribuição depende do reconhecimento das diferenças e invisibilidades: se você é invisível, não está sujeito a nenhum exercício redistributivo - contingente ou estrutural. Por isso, propomos a necessidade urgente de adotar as seguintes medidas, fundamentalmente mas não exclusivamente de instâncias governamentais:

Proteger nossos direitos e oportunidades a um habitat e viver dignamente sem distinção de gênero, sexualidade, classe, idade, etnia, religião e capacidade física- mental, reconhecer a transversalidade e o papel das múltiplas identidades sociais com base nas quais se reproduzem a discriminação, o estigmatismo e a marginalização.

Valorizar e apoiar ativamente as múltiplas experiências na produção e gestão social do habitat, cooperativismo e autogestão do habitat, incluindo explicitamente os povos indígenas,

bem como a valorização dos cuidados com a vida e tarefas de reprodução social em todas as suas escalas, realizado por mulheres.

Reconhecer o valor das economias solidárias e apoiá-las em termos legais, regulatórios e de recursos.

Reconhecer e valorizar a diversidade biocultural e os conhecimentos e ações das diferentes regiões dentro dos países, como base para o desenho de ações adequadas, relevantes e não hegemônicas.

Promover relações de desenvolvimento recíproco entre áreas rurais, periurbanas e urbanas, localizando e encurtando as cadeias de produção e distribuição de alimentos, abastecimento de energia e água, gestão e recuperação de resíduos sólidos como recursos.

Paridade de participação política

Implica aprofundar em diferentes escalas os mecanismos de participação democrática direta sem distinção de gênero, sexualidade, classe, idade, etnia, religião e capacidade físico-mental.

Combater ativamente as relações autoritárias, clientelistas, patriarcais e discriminatórias na relação entre os cidadãos e o Estado.

Garantir a igualdade dos imigrantes como sujeitos de direito.

Aprofundar os processos de descentralização e autonomia municipal, bem como os mecanismos de participação direta dos cidadãos na afetação e execução da despesa pública.

Garantir o acesso ao suporte social, econômico e técnico-jurídico necessário para a transformação do habitat com os habitantes.

Combater ativamente as dicotomias patriarcais e autoritárias que promovem e sustentam a desigualdade de gênero, para expandir o espaço de participação e vozes das mulheres na tomada de decisões.

Novas formas de redistribuição, reconhecimento e paridade de participação política são necessárias e imperativas para proteger a construção coletiva do habitat e da vida.

Um lugar seguro onde todos nós possamos viver em paz e dignidade é possível!

[1] Consulte a Declaração do HIC-AL sobre favelas em anexo aqui

INSTITUIÇÕES Para apoiar este Manifesto, adicione seu nome, organização e país aqui

<https://bit.ly/habitatvoices>

Obrigado por adicionar sua voz!